



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	10380.001058/2007-81
Recurso nº	Voluntário
Acórdão nº	3101-001.085 – 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de	25 de abril de 2012
Matéria	COFINS - DIFERENÇA ENTRE DIPJ E DCTF
Recorrente	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Ano-calendário: 2002

Ementa: NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. INEXISTÊNCIA.

A preliminar de nulidade do auto de infração, ao argumento de inexistência de Mandado de Procedimento Fiscal para tanto deve ser rejeitada, uma vez que o MPF em casos como o destes autos, que resulta de fiscalização interna de malhas referentes a declarações prestadas pelo contribuinte (DIPJ e DCTF) dispensam a emissão de MPF, consoante § 3º do art. 2º do Decreto nº 3.724/2001.

DIFERENÇA ENTRE DIPJ E DCTF. PAGAMENTO NÃO COMPROVADO.

Este contencioso não se presta para discutir as razões da não admissão das três PER/DCOMP mencionadas como hábeis à quitação dos débitos aqui exigidos, e bem assim para análise e verificação de consolidação de débitos do PAES em valores superiores ao efetivamente devido. Como bem disse o voto da decisão recorrida, na fase de revisão de parcelamento (que é prevista no bojo do procedimento do PAES, e permite sim a intervenção do contribuinte, ao contrário do que enuncia a recorrente) poderia ocorrer redução do *quantum* consolidado, jamais resultar em crédito para ser utilizado em compensação futura, como quer a recorrente. Quanto aos pagamentos tempestivos porventura feitos, em volume superior ao vinculado em DCTF, mas inferiores ao débito confessado, cabe ao contribuinte utilizá-los para abater do valor original de cada débito apurado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em rejeitar a preliminar de nulidade do auto de infração e, no mérito, negar provimento ao recurso voluntário. Os conselheiros Valdete Aparecida Marinheiro e Luiz Roberto Domingo votaram

pelas conclusões. A conselheira Vanessa Albuquerque Valente votou pelas conclusões apenas quanto ao mérito.

Tarásio Campelo Borges - Presidente Substituto

Corintho Oliveira Machado - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Luiz Roberto Domingo, Tarásio Campelo Borges, Mônica Monteiro Garcia de Los Rios, Valdete Aparecida Marinheiro, Vanessa Albuquerque Valente e Corintho Oliveira Machado.

Relatório

Adoto o relato do órgão julgador de primeiro grau até aquela fase:

Contra o contribuinte acima identificado foi lavrado o auto de infração de fls. 02/04 para exigência de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS no valor de R\$ 1.636.718,85, incluídos os correspondentes encargos legais, relativos a fatos geradores verificados nos meses de janeiro a março e julho a dezembro de 2002. O demonstrativo de fls. 01 resume de forma consolidada o crédito tributário levantado.

O lançamento foi decorrente de diferenças verificadas ao longo do ano-calendário de 2002, entre os valores de COFINS informados pelo contribuinte por meio da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e os valores confessados através da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF. As diferenças foram detalhadas no “Demonstrativo dos Valores de COFINS devidos em 2002” (fls. 08).

O autuante tomou como verdadeira as informações prestadas pelo contribuinte na DIPJ a título de COFINS e as comparou com as quantias confessadas nas DCTF do ano-calendário de 2002, as diferenças constituíram-se no objeto do lançamento.

A fundamentação legal trazida na autuação é descrita às fls. 03.

Inconformada com as exigências, das quais foi cientificada em 09/02/2007, conforme constatado às fls. 23, a autuada apresentou, em 12/03/2007, a impugnação de fls. 24/27, onde argui em síntese:

- não foram considerados pelo autuante os documentos de quitação apresentados pelo impugnante;

- o apurado pelo contribuinte é igual ao apurado pela autoridade fiscal e se encontra devidamente quitado, anteriormente à emissão do auto de infração;

- para demonstrar que o débito encontra-se quitado, apresenta quadros às fls. 25/26 onde conclui que o valor lançado foi quitado através de DARF, inclusão no PAES ou PER/DCOMP.

Finalizando pede que seja julgado improcedente o auto de infração, protestando pela juntada no decorrer do processo de outros elementos ou provas, se necessários.

A DRJ em FORTALEZA/CE julgou a impugnação procedente em parte, ementando assim o acórdão:

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Ano-calendário: 2002

DIVERGÊNCIA ENTRE DIPJ E DCTF. LANÇAMENTO DE OFÍCIO.

É procedente o lançamento de ofício da diferença apurada entre o valor informado na DIPJ e aquele constante da DCTF. O valor comprovadamente confessado através de Declaração de Compensação deve ser abatido do lançamento, desde que a compensação não se refira ao débito informado na DCTF.

COMPENSAÇÃO. GERAÇÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE.

Valores confessados a maior em determinado período, mediante parcelamento ou declaração de compensação, não geram crédito passível de utilização em período diverso.

PEDIDO PARA JUNTADA ULTERIOR DE PROVA DOCUMENTAL. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS.

A prova documental deverá ser apresentada no momento da impugnação, sob pena de preclusão desse direito, salvo se demonstrada uma das hipóteses discriminadas nos incisos "a" a "c" do § 4º do artigo 16 do Decreto nº 70.235/72, condições as quais não foram demonstradas pelo sujeito passivo.

Impugnação Procedente em Parte.

Crédito Tributário Mantido em Parte.

Discordando da decisão de primeira instância, a interessada apresentou

recurso voluntário, fls. 110 e seguintes, onde aponta nulidade no auto de infração (por não ter

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 26/05/2012 por CORINTHO OLIVEIRA MACHADO, Assinado digitalmente em 28/05

/2012 por TARASIO CAMPELO BORGES, Assinado digitalmente em 26/05/2012 por CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

Impresso em 14/06/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

MPF - Mandado de Procedimento Fiscal); e no mérito, reprisa as alegações de haver pago parcelas mediante DARF, inclusão no PAES e PER/DCOMP. Em verdade, a inclusão no PAES não significa que os débitos lançados já estivessem no parcelamento, e sim que a consolidação dos débitos do PAES em três meses foi supostamente calculada em valores superiores aos efetivamente devidos. Ao final, requer o acatamento do recurso voluntário, para considerar extinto o crédito tributário.

Após alguma tramitação, a Repartição de origem encaminhou os presentes autos para apreciação deste órgão julgador de segunda instância.

É o relatório.

Voto

O recurso voluntário é tempestivo, e considerando o preenchimento dos requisitos de sua admissibilidade, merece ser apreciado.

A base da autuação é a diferença entre DIPJ e DCTF, sendo que os valores informados na DIPJ são superiores aos da DCTF. Não há controvérsia sobre a diferença entre as declarações, a recorrente apenas diz, desde o primeiro momento, que já pagou o tributo exigido, seja por DARF, por inclusão no PAES (a consolidação dos débitos do PAES em três meses foi calculada em valores superiores aos efetivamente devidos) e por PER/DCOMP.

DO AUTO DE INFRAÇÃO

A preliminar de nulidade do auto de infração, ao argumento de inexistência de Mandado de Procedimento Fiscal para tanto deve ser rejeitada, uma vez que o MPF em casos como o destes autos, que resulta de fiscalização interna de malhas referentes a declarações prestadas pelo contribuinte (DIPJ e DCTF) dispensam a emissão de MPF, consoante § 3º do art. 2º do Decreto nº 3.724/2001.¹

¹ Art. 2º Os procedimentos fiscais relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil serão executados, em nome desta, pelos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e somente terão início por força de ordem específica denominada Mandado de Procedimento Fiscal (MPF), instituído mediante ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil. (...)

§ 3º O MPF não será exigido nas hipóteses de procedimento de fiscalização: (...)

Autenticado digitalmente em 26/05/2012 por CORINTHO OLIVEIRA MACHADO, Assinado digitalmente em 28/05

/2012 por TARASIO CAMPELO BORGES, Assinado digitalmente em 26/05/2012 por CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

Impresso em 14/06/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

DO MÉRITO

Quanto à questão de fundo do contencioso, cumpre dizer que a base da autuação (diferença entre DIPJ e DCTF) não é controvertida, a recorrente apenas repete o alegado em primeiro grau, no sentido de que já pagou o tributo exigido, seja por DARF, seja por inclusão no PAES, seja por PER/DCOMP. Aduzindo que as três PER/DCOMP não admitidas, e apontadas pela decisão guerreada, não foram devidamente analisadas, pois os débitos dessas foram quitados através de outras duas PER/DCOMP informadas agora, fl. 116. E ainda, que a consolidação dos débitos do PAES é automática, sem intervenção do contribuinte. E basta a Administração Tributária verificar as bases de cálculo da DIPJ, nos meses de abril a junho de 2002, para ficar evidenciada a inclusão a maior no PAES.

Melhor sorte não assiste à recorrente no que tange ao mérito da controvérsia, porquanto este contencioso não se presta para discutir as razões da não admissão das três PER/DCOMP mencionadas como hábeis à quitação dos débitos aqui exigidos, e bem assim para análise e verificação de consolidação de débitos do PAES em valores superiores ao efetivamente devido. Como bem disse o voto da decisão recorrida, na fase de revisão de parcelamento (que é prevista no bojo do procedimento do PAES, e permite sim a intervenção do contribuinte, ao contrário do que enuncia a recorrente) poderia ocorrer redução do *quantum* consolidado, jamais resultar em crédito para ser utilizado em compensação futura, como quer a recorrente. Dito isso, adoto também como subsídio deste voto as razões da decisão hostilizada, no que pertine à matéria ora em foco:

Assim, visando permitir o controle do crédito tributário, o lançamento foi feito tomando-se por base a diferença constatada entre DIPJ e DCTF. O auante deveria ter abatido eventuais valores comprovadamente parcelados ou compensados, pois já tinham a característica de confissão de dívida. Por outro lado, tais quantias redutoras não podem exceder o valor individual de cada débito, como, aliás, tentou fazer o impugnante quando da confecção das planilhas de fls. 25/26.

Na planilha às fls. 26, o contribuinte considerou a existência de um suposto crédito decorrente de diferença a maior entre débitos confessados no parcelamento especial – PAES e quantias declaradas em DIPJ. Ora, isto nunca poderia ocorrer, pois eventuais valores confessados a maior, se indevidos, devem ser estornados do parcelamento, por intermédio de processo administrativo específico onde seja demonstrado o equívoco cometido. Assim, a revisão do parcelamento, no máximo reduziria a quantia consolidada para fins de determinação das parcelas mensais devidas, portanto, tal procedimento, em nenhuma hipótese, resultaria na geração de crédito para a empresa. Por isso, nessa matéria, não assiste razão ao

IV - relativo ao tratamento automático das declarações (malhas fiscais).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 26/05/2012 por CORINTHO OLIVEIRA MACHADO, Assinado digitalmente em 28/05

/2012 por TARASIO CAMPELO BORGES, Assinado digitalmente em 26/05/2012 por CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

Impresso em 14/06/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

impugnante, mesmo porque a autuação não atingiu nenhum dos três meses onde houve débitos parcelados (abril, maio e junho).

Sobre a compensação de parte dos débitos, alegada na peça impugnatória, constata-se através dos sistemas de controle da Receita Federal do Brasil que três, dos seis PER/DCOMP apresentados, não foram admitidos, conforme extrato às fls. 96/97. Assim, os valores devidamente aceitos encontram-se confessados e devem, portanto, ser considerados, reduzindo, consequentemente, o montante originalmente lançado.

Ainda sobre a planilha de fls. 26, deve-se esclarecer que o impugnante buscou de forma equivocada demonstrar a quitação da soma anual devida, e não dos valores individualizados em cada mês. A quitação deveria ser demonstrada mês a mês, por não ser prevista na legislação a apuração anual da Cofins.

Quanto aos pagamentos tempestivos porventura feitos, em volume superior ao vinculado em DCTF, mas inferiores ao débito confessado, cabe ao contribuinte utilizá-los para abater do valor original de cada débito apurado.

Posto isso, voto por rejeitar a preliminar; e no mérito, DESPROVER o recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2012.

25 de abril de 2012

CORINTHO OLIVEIRA MACHADO